

## 18 estados mobilizam-se no Dia nacional de luta contra o PL do Ato Médico

Pág. 9



**Nova resolução normativa da ANS: avanços e limitações - pág. 5**

**Psicologia nas emergências e desastres - pág. 7 e 8**

O ano de 2010 promete ser intenso, com todas as atividades preparatórias para o Congresso Nacional da Psicologia (CNP), eleição das novas plenárias dos Conselhos Regionais e do Federal e, no segundo semestre, o Congresso Brasileiro da Psicologia (CBP), com um perfil de reflexão sobre ciência e profissão. Isso sem contar com as pautas da política nacional, que desde o início do ano vêm tratando de temas que também interessam diretamente à Psicologia, como o novo rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde, o PL do Ato Médico e o Plano Nacional de Direitos Humanos, cujo debate toca em pontos centrais do cotidiano dos psicólogos.

Além do compromisso ético com os direitos humanos, os profissionais que atuam diretamente em temas como medidas sócioeducativas para adolescentes, mudanças necessárias no sistema prisional ou a proteção a grupos em situação de vulnerabilidade percebem que, quando não há a garantia dos direitos sociais previstos na Constituição, ocorrem situações de violação dos direitos humanos. O mesmo ocorre quando as políticas públicas desenvolvidas são insuficientes para o cuidado com crianças, adolescente e idosos, para a promoção de saúde, para educação de qualidade, enfim, para a garantia de sistemas de proteção integral a todos os indivíduos. Isso torna a polêmica sobre o PNDH especialmente importante para acompanhamento – e posicionamento – da categoria, haja vista que se encontram cada vez mais claras e destacadas as noções de direito e subjetividade entre os psicólogos do país.

As chuvas intensas no Brasil e no Peru, os terremotos no

Haiti e no Chile também são temas que nos causam preocupação, mas o amadurecimento da intervenção da Psicologia nos episódios mostra que a preocupação dos Conselhos de Psicologia em contribuir para a reflexão dos profissionais neste tema foi acertada. Se a noção de direito remete diretamente à subjetividade, a organização das políticas públicas a fim de que sejam alcançados esses direitos também é alvo de muito trabalho da Psicologia em inter-relação com a sociedade.

O tema das emergências e desastres, já presente em outras edições do Jornal do Federal, volta agora agregando três aspectos: uma questão conjuntural – a proximidade da Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária e os embates que nela se travam; um debate de fundo realizado no evento do Sistema Conselhos durante o Fórum Social Mundial; e a perspectiva latino-americana para o tema, tratada na coluna América Latina. O tema, proeminente, demonstra a importância da identificação de áreas em que a Psicologia precisa sistematizar e aprofundar sua atuação.

Tensões em curso na sociedade que têm a ver com a Psicologia já vêm sendo debatidas nos Congressos Regionais de Psicologia (Coreps) e nos eventos preparatórios ao CNP. Para o CFP, é essencial que tais debates sejam enfrentados pelos psicólogos, pois garantem a construção democrática da Psicologia brasileira.

O tema do VII CNP não deixa dúvidas. É preciso promover debates que enfrentem os desafios colocados para a profissão considerando o rumo que defendemos: para uma sociedade comprometida com a garantia de direitos.

## Saúde Mental: após nove anos, chega a IV Conferência

A IV Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM) se aproxima. Nove anos após a III Conferência e cinco meses após a Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acatou a demanda pela realização do evento, o Ministério da Saúde apresentou o Regimento Interno e a Comissão Permanente da IV Conferência que, pela primeira vez, conta com usuários dos serviços de saúde mental na Comissão Executiva.

A novidade da IV CNSM é o seu caráter intersetorial, garantindo diálogo e interface com outras áreas, de dentro e de fora da saúde. A importância da intersetorialidade é ressaltada por Paulo Michelon, usuário que participa da organização e da comissão executiva da Conferência: “Quando eu vou me tratar eu não quero que a pessoa olhe só para a minha cabeça, quero que me olhe todo. Precisamos de educação, de cultura e de esporte, por exemplo. O foco central é a Saúde Mental, mas não podemos esquecer do restante”, relata. Elisa Zaneratto Rosa, conselheira do CFP, tem a mesma avaliação: “É preciso construir redes com representantes de outras áreas, sejam eles trabalhadores, usuários ou gestores, para alcançarmos os objetivos de uma reforma que seja, de fato, antimanicomial”.

Questionamentos sobre preconceitos e formas mais eficazes de inclusão dos usuários na sociedade serão debatidos. A conselheira Elisa pontua temas que, possivelmente, serão discutidos desde as etapas municipais e estaduais, previstas para ocorrer a partir de março. “No campo da Cultura, que preconceitos precisam ser superados? No campo da Justiça, o que pode ser feito para evitar que o usuário da Saúde Mental seja destituído de cidadania por ser considerado incapaz? No campo dos Direitos Humanos, que violações ainda existentes em instituições hospitalares precisam ser identificadas e interrompidas?”.

A IV CNSM, em suas três etapas, deverá contar com a participação de representantes dos governos federal, estadual e municipal, além de prestadores de serviços de Saúde (especialmente Saúde Mental), representantes de trabalhadores da Saúde, trabalhadores dos serviços de Saúde Mental, usuários dos serviços de Saúde Mental do SUS e parceiros intersetoriais.

Com o tema Saúde Mental – direito e compromisso de todos: consolidar avanços e enfrentar desafios, a Conferência contará com três eixos temáticos:

1. Saúde Mental e políticas de Estado: pactuar caminhos intersetoriais
  2. Consolidar a rede de atenção psicossocial e fortalecer os movimentos sociais
  3. Direitos Humanos e cidadania como desafio ético e intersetorial
- A etapa nacional, marcada para 27 a 30 de junho de 2010, contará com



Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial realizada em agosto de 2009 garantiu a realização da IV Conferência

mesas-eixos, painéis específicos e grupos de trabalho. Os participantes serão divididos entre 1.200 delegados (com direito a voz e voto), observadores (10% da delegação de cada estado, sem direito a voz e voto) e convidados (palestrantes, painelistas, representantes nacionais e internacionais indicados pela comissão organizadora com direito a voz).

“Estamos cuidando para ter o maior número de usuários participando de todas as etapas da Conferência. Queremos que a Saúde Mental seja tratada com respeito, que os serviços substitutivos funcionem em grande número e que a Reforma Psiquiátrica Antimanicomial realmente caminhe, pois atualmente está abandonada por muitos, enquanto os problemas continuam aumentando”, conclui Paulo.

### O Regimento Interno da Conferência determina:

- 50% usuários, 25% prestadores e gestores, 25% profissionais;
- A Saúde representará 70% da CNSM, enquanto 30% será intersetorial, com ajustes necessários por estado;
- Menor delegação estadual: 11 delegados;
- Fator de equidade na distribuição de delegados, equiparando a participação de delegados de estados da Região Norte e estados com menor população.

(Art. 16 do Regimento Interno)

### Confira o calendário oficial das etapas da Conferência:

Municipais/Regionais: 8 de março a 15 de abril  
 Estaduais: 26 de abril a 23 de maio  
 Nacional: 27 a 30 de junho

### EXPEDIENTE

**DIRETORIA**  
Humberto Cota Verona  
Presidente

Ana Maria Pereira Lopes  
Vice-presidente

Clara Goldman Ribemboim  
Secretária

André Isnard Leonardi  
Tesoureiro

**CONSELHEIROS EFETIVOS**  
Alexandra Ayach Anache  
Deise Maria do Nascimento  
Elisa Zaneratto Rosa  
Iolete Ribeiro da Silva  
Maria Christina Barbosa Veras

**CONSELHEIROS SUPLENTE**  
Acácia Aparecida Angeli dos Santos  
Andréa dos Santos Nascimento  
Anice Holanda Nunes Maia  
Aparecida Rosângela Silveira  
Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo  
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues

Jureuda Duarte Guerra  
Marcos Ratinecas  
Maria da Graça Marchina Gonçalves

**PSICÓLOGOS CONVIDADOS**  
Aluizio Lopes de Brito  
Roseli Goffman  
Maria Luiza Moura Oliveira

**COORDENADORA GERAL**  
Yvone Magalhães Duarte

**EDIÇÃO**  
Maria da Graça Marchina Gonçalves

**JORNALISTA RESPONSÁVEL**  
Priscila D. Carvalho

**REPORTAGEM**  
Priscila D. Carvalho  
Livia Domeneghetti Davanzo  
Pablo Emilio de Mattos  
Clélia Lima

**PROJETO GRÁFICO**  
Liberdade de Expressão

**DIAGRAMAÇÃO**  
Alessandro Santanna

# Resolução torna obrigatório registro documental da prestação de serviços psicológicos



Cabe ao psicólogo manter atualizado e organizado o registro. Os documentos resultantes da aplicação de instrumentos de avaliação psicológica deverão ser arquivados em pasta de acesso exclusivo do psicólogo.

A guarda dos registros é de responsabilidade do psicólogo, nos casos de profissionais autônomos, e, nos demais casos, de responsabilidade compartilhada entre o profissional e a instituição na qual trabalha. "É uma responsabilidade compartilhada, mas não significa que a instituição tenha acesso ao conteúdo do prontuário. Ela guarda, mas não tem acesso", destaca Anice Holanda. O CFP orienta aos psicólogos que demandem mediação técnica do seu Conselho Regional para saber como proceder em relação à guarda, se houver dúvidas.

Em vigor desde 30 de março de 2009, a Resolução nº 1/2009 do Conselho Federal de Psicologia torna obrigatório o registro documental da prestação de todo e qualquer serviço psicológico, sejam realizados em atendimentos privados ou no campo público. A regra vale, portanto, também para psicólogos que atuam em consultórios particulares.

O registro deve ser feito, prioritariamente, na forma de prontuário psicológico. Quando isso não for possível, por razões que envolvam a restrição do compartilhamento de informações, outro registro documental pode ser utilizado.

Entende-se pela norma que registro documental é o conjunto de informações que objetiva trazer de forma sucinta o trabalho prestado, a descrição e a evolução da atividade e os procedimentos técnico-científicos adotados. Esse documento tem caráter sigiloso.

A conselheira do CFP Anice Holanda ressalta que o sigilo não é para o usuário ou seu representante legal, que têm direito à informação e ao acesso integral a seu prontuário, garantido pela Constituição Federal.

O prazo mínimo estabelecido pela Resolução CFP nº 7/2003 para a guarda dos documentos é de cinco anos, podendo ser ampliado nos casos previstos em lei, por determinação judicial ou

em casos específicos em que seja necessária a manutenção por maior tempo.

Em caso de serviços-escola e em campos de estágio, o registro precisa conter a identificação e a assinatura do responsável técnico ou supervisor, que deve solicitar ao estagiário o registro de todas as atividades e acontecimentos que ocorrerem com os usuários do serviço psicológico prestado.

Quando em atendimento multiprofissional, o registro deve ser feito em prontuário único e contemplar somente as informações necessárias ao cumprimento dos objetivos do trabalho. "O registro em prontuário único é para beneficiar o paciente, garantir a visão integral do trabalho, com a contribuição de cada profissional envolvido, orientar todo o processo de atendimento e facilitar a tomada de decisões", diz Anice.

A conselheira do CFP destaca ainda que pode haver registro em prontuário único e, ao mesmo tempo, ser mantido prontuário psicológico, com informações de interesse do trabalho neste campo, ficando a critério do profissional a decisão.

A documentação é instrumento útil à produção e ao acúmulo de conhecimento científico, à pesquisa e ao ensino. O uso dos registros documentais para fins científicos é possível mediante a autorização do paciente.

Conheça a resolução em [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br) (Resoluções, na barra da esquerda)

### Por que o registro documental obrigatório foi instituído?

Conforme o texto introdutório da Resolução nº 1/2009 explica, o registro possibilita descrição e acompanhamento do processo e dos procedimentos técnico-científicos adotados no exercício profissional. Com isso, permite a orientação e a fiscalização sobre o serviço prestado, sendo meio de prova idônea para instruir eventuais processos disciplinares e a defesa legal dos profissionais que o mantêm. É também instrumento útil à produção e ao acúmulo de conhecimento científico, à pesquisa, ao ensino, contribuindo para que os psicólogos tenham instrumentos para a avaliação de seu trabalho e a realização de pesquisas sobre suas práticas.

O acesso a informações sobre seu tratamento psicológico é, por fim, direito dos usuários dos serviços que precisa ser garantido por uma categoria profissional regulamentada, como é a Psicologia. O não cumprimento das normas da Resolução implica falta ética.

# Nova Resolução Normativa da ANS: avanços e limitações

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) revisa, a cada ano ímpar, a Resolução Normativa (RN) que estabelece a cobertura mínima obrigatória para os planos de saúde e, a cada ano par, edita nova resolução.

Publicada em 11 de janeiro de 2010, a Resolução Normativa nº 211, que atualiza a cobertura mínima obrigatória, trouxe avanços, mas também limitações ao trabalho dos psicólogos, na avaliação do Conselho Federal de Psicologia, que participou das sete reuniões para discussão do novo rol de procedimentos e eventos em saúde, no primeiro semestre de 2009, opinou na consulta pública e esteve presente na reunião pós-consulta.

Como avanço, pode ser destacada a inserção da consulta/sessão com psicólogo – na RN anterior só havia para psicoterapia. A inserção desse procedimento operacionaliza a determinação da ANS de que a prestação de serviços em saúde seja multiprofissional, envolvendo promoção, prevenção e reabilitação. O atendimento psicológico engloba ações preventivas e reabilitadoras, com intervenções que não sejam psicoterapia, a exemplo da avaliação psicológica, desde que vinculadas a CIDs específicos.

Além disso, toda a regulação da saúde mental na saúde suplementar, que era feita pela Resolução do Conselho de Saúde Suplementar nº 11, de 1998, foi integrada nesta nova RN. Isso se configura como avanço, pois o CFP defende que procedimentos e eventos de todas as áreas tenham um rol comum, na perspectiva da atenção integral preconizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O novo texto também deixou mais explícita a condição ilimitada da cobertura hospitalar, que já era sem limites na RN anterior. Com isso, as intervenções de outros profissionais indicadas pelo médico assistente não têm limitação quanto ao número de sessões e CIDs. Dessa forma, um paciente internado para transplante renal, por exemplo, cujo médico assistente solicite atendimento psicológico, deve receber as

sessões que forem necessárias, independentemente de seu diagnóstico psicológico.

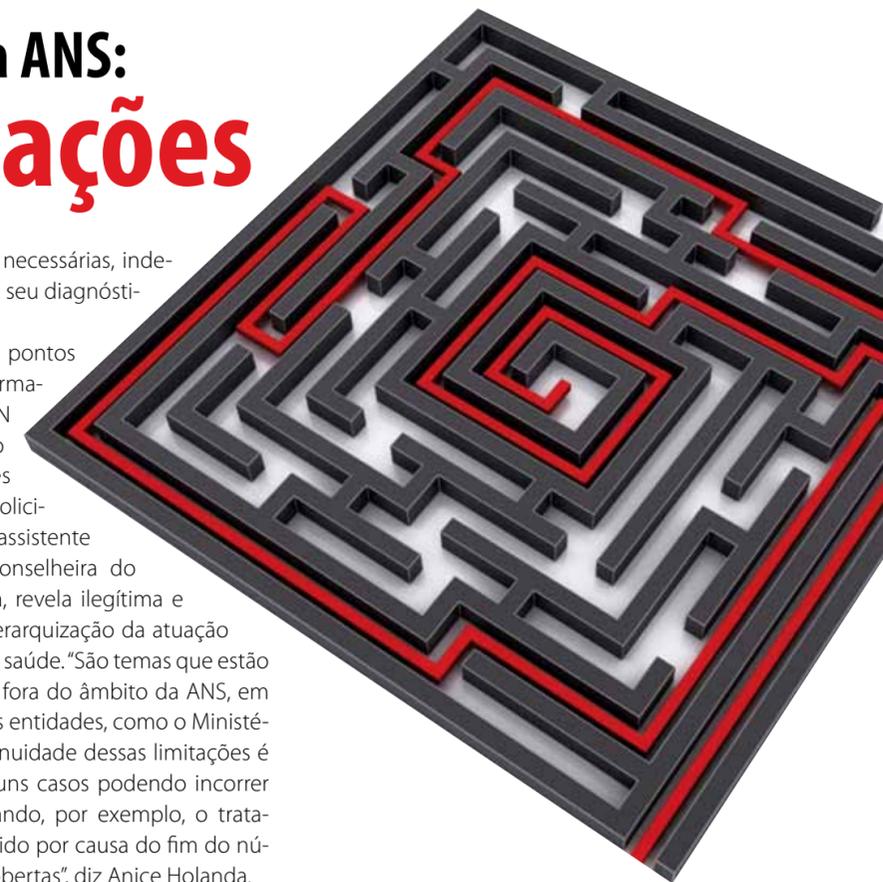
Para o CFP, os pontos complexos que permanecem na nova RN são a limitação do número de sessões (veja quadro) e a solicitação de médico assistente que, segundo a conselheira do CFP Anice Holanda, revela ilegítima e inconstitucional hierarquização da atuação dos profissionais da saúde. "São temas que estão sendo enfrentados fora do âmbito da ANS, em parceria com outras entidades, como o Ministério Público. A continuidade dessas limitações é prejudicial, em alguns casos podendo incorrer em falta ética, quando, por exemplo, o tratamento é interrompido por causa do fim do número de sessões cobertas", diz Anice Holanda.

A orientação é que os psicólogos comuniquem ao seu Conselho Regional a negação de cobertura e problemas éticos com a limitação de consultas/sessões para que o Sistema Conselhos de Psicologia formalize denúncia à ANS.

"A cobertura deve levar em conta a necessidade do cliente, podendo o número de sessões ser menor, igual ou maior do que o estabelecido sob a lógica de cobertura. O contrário infringe prerrogativas legais dos profissionais que a praticam, elevando o risco de problemas éticos e, sobretudo, representa um risco para a sociedade", diz o CFP em nota enviada ao Ministério Público Federal.

### Número de consultas

O CFP também recebeu com surpresa a informação de que o número máximo de consultas de psicoterapia foi reduzido para 12 por ano, alterado após a consulta pública. Na minuta anterior da resolução, eram possibilitadas 24 sessões (12 em crise e 12 de seguimento ou fora de situação de crise).



O mesmo ocorreu com a redução da lista de diagnósticos cobertos para consulta/sessão com psicólogo e psicoterapia: na minuta que foi para consulta pública, havia ampliação da cobertura de CIDs, que foi encolhida.

A RN 211 entrará em vigor em 1º de junho de 2010 e vale para os planos de saúde contratados a partir de 1º de janeiro de 1999.

**Resolução anterior (167)** – Até 24 sessões de psicoterapia (12 em crise e 12 de seguimento ou fora de situação de crise) sem CIDs específicas.

**Resolução atual (211)** – Até 12 sessões de psicoterapia para CIDs específicas + até 40 consultas/sessões com psicólogo ou terapeuta ocupacional, para CIDs específicas.

**Veja em [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br) a RN 211 e seus anexos.**

# Em ano de avaliação do FSM, Psicologia discute Sociedade, Trabalho, Justiça e Democracia

O Fórum Social Mundial (FSM) de 2010 está sendo realizado ao longo do ano, descentralizado, como preparação à versão de 2011, que será novamente unificada em Dakar, no Senegal. Já foram organizados, no Brasil, diversos eventos, os dois maiores tendo ocorrido em Porto Alegre e em Salvador, no mês de janeiro. O evento do sul do país se propôs a fazer um balanço dos 10 anos do FSM, avaliando limites e avanços na metodologia e nos objetivos do FSM, enquanto o Fórum Temático em Salvador buscou reunir movimentos sociais e governos para discutir o mundo pós-crise.

Para Salete Camba, do comitê organizador do Fórum e do Instituto Paulo Freire, o FSM, que nasceu para o enfrentamento ao Fórum Econômico de Davos, conquistou espaço no debate e formulou propostas alternativas para políticas neoliberais e para questões do planeta. No Seminário de Avaliação do Fórum, temas como bem-viver, sustentabilidade, economia e gratuidade, chamados de "elementos da nova agenda", foram discutidos ao lado de outros "clássicos", como organização do Estado e poder político, direitos e responsabilidades coletivas.

Para Camba, a presença da nova agenda é "muito pautada pelos movimentos indígenas, camponeses, pois para eles é fundamental que os urbanos os compreendam. São coisas que parecem pequenas, mas são fundamentais para o desenvolvimento do planeta. Discussões importantes sobre formas de vida, consumo mais ético e reflexão sobre como se vive nas cidades, tiveram espaço forte, pois chegamos a um tempo em que é difícil viver neste planeta sem cuidar dele".

Avaliação foi também a tônica dos debates organizados pelo CFP no *seminário Sociedade, trabalho, justiça e democracia: reflexões a partir da Psicologia*. A primeira mesa refletiu sobre a construção da democracia na América Latina. Para o sociólogo Emir Sader, a maior das batalhas de valores no Brasil e na América Latina hoje é a luta contra o egoísmo consumista. "A pior coisa do neoliberalismo em termos psicológicos é o individualismo", afirmou, em fala na

qual relacionou a saída dos países do Hemisfério Sul da crise mundial com os processos de integração regional. Outros motivos para a recuperação, segundo Sader, foram a existência de mercado interno de consumo popular e a manutenção, pelos governos, das políticas sociais.

As falas de Ana Bock e de Carolina Moll, respectivamente secretária e tesoureira da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi), convergiram ao mostrar como o debate sobre democracia na América Latina é, ainda, impactado pelos regimes autoritários das décadas de 70 e 80. Moll relatou impactos do regime militar sobre os cursos de Psicologia no Uruguai, que só voltaram a abordar visões da Psicologia com perspectivas sociais e comunitárias com a redemocratização e o retorno dos professores exilados.

Na segunda mesa organizada pelo CFP, que discutiu a judicialização da vida, a coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CFP, Ana Luiza Castro, contextualizou a perspectiva punitiva que marca a sociedade atualmente como parte da "cultura do medo", que a tudo legitima e, no que tange aos psicólogos, se manifesta no movimento de tornar patológicos comportamentos e pessoas que não se enquadram nesse modelo. Para ela, as supostas soluções apresentadas para tais problemas são cada vez mais vingativas e punitivas. "Na atualidade, talvez tenha surgido a face mais sutilmente perigosa desta dominação, pois nos parece capturar a todos no movimento de penalizar, castigar, jurisdicionar os comportamentos, as relações, os conflitos. Como se as ineficiências institucionais, as fragilidades de nossas certezas, as crises individuais pudessem ser de alguma forma resolvidas ou preenchidas por meio da intervenção de um outro, no caso, paradigmaticamente, instituição das mais antidemocráticas, rígidas, punitivas de que temos notícia: justamente o Judiciário".

Na mesa sobre Psicologia e trabalho, Ricardo Amorim, economista e professor da Universidade Mackenzie, contextualizou o trabalho na sociedade capitalista, apontando questões

contemporâneas, como a precarização das relações trabalhistas e os desafios presentes na relação entre características do crescimento econômico e a renda do trabalhador. O psicólogo Odair Furtado, com base no quadro geral traçado, apontou implicações para as vivências subjetivas ligadas à posição das pessoas no mundo do trabalho, salientando a importância da contribuição da leitura da dimensão subjetiva que a Psicologia pode proporcionar (mais sobre o tema na pág.11).

# Emergências e desastres: tema que ainda precisa ser debatido pela sociedade

"Desastres não são naturais. São o resultado da ação de uma sociedade que não se mobilizou para preveni-los", concluiu a socióloga Norma Valêncio, especialista em defesa civil, no debate sobre emergências e desastres durante o seminário organizado pelos Conselhos de Psicologia no Fórum Social Mundial (FSM). Dados da Secretaria de Defesa Civil apontam que quase um quarto dos municípios do país entra em estado de emergência a cada ano, e que as mesmas

idades muitas vezes passam por situações de emergência relacionadas à seca e à chuva mais de uma vez em um único ano.

A psicóloga Cristina Silva avaliou que dois projetos se confrontam no âmbito da defesa civil: o que vigora hoje é ligado ao resgate de vítimas, e outro propõe assistência integral à população por meio de assistência humanitária. De acordo com ela, o primeiro projeto tem ênfase no saber militar, nos equipamentos para o resgate, que são necessários, mas não são tudo. "Este projeto não prevê a assistência humanitária, não sabe o que fazer com as populações após o socorro. Há uma aceitação de que todo desastre tem um passivo, que fica por conta de quem vive o desastre e que acaba por

ser responsabilizado pela reconstrução material, psicológica, histórica do local destruído", afirmou, defendendo uma assistência integral e multidisciplinar.

As palestrantes concordaram que a realização da Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, prevista para março, poderia ser importante para trazer a defesa civil para a sociedade. Mas, para Marcos Ferreira, que falou em nome do CFP, esta oportunidade pode ser perdida: "A área da Defesa Civil é fortemente controlada por poucos setores que historicamente atuam na área, há risco de uma conferência que não seja efetiva, perdendo a chance de realizar debate que permita à sociedade se assenhorar do tema", questionou.

## Entidades questionam andamento da Conferência Nacional de Defesa Civil

Em carta aberta enviada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no mês de fevereiro, o CFP, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, a Confederação das Mulheres do Brasil e o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos questionaram o andamento da Conferência, agendada para 23, 24 e 25 de março, em Brasília.

As entidades, integrantes da Comissão Organizadora Nacional, denunciam escassez de informações, falta de material para a divulgação, problemas com a lista de presença em conferências municipais, problemas na convocação das conferências estaduais e reclamam de mudanças no texto do regimento aprovado pela Comissão Organizadora, sem que estas tenham sido apreciadas. No texto, também cobram empenho na mobilização da sociedade civil para participar no processo da conferência.

"Diante dessa situação é que se agrava a preocupação de que a Conferência sirva somente para confirmar práticas que já são consideradas hoje insuficientes até mesmo pelas autoridades do Ministério da Integração Nacional", ressaltam as entidades em trecho da carta.

Até meados de março, as conferências municipais e estaduais ocorreram, mas as críticas da sociedade civil acumularam-se. Dispositivos do regimento não cumpridos, em especial a composição do plenário de conferências estaduais, que não alcançarem a presença de 50% da sociedade civil. A tendência foi da predominância de gestores públicos nos eventos, definindo, portanto, as linhas das propostas a partir da perspectiva do Estado, mais do que da população. Há situações em que profissionais das corporações militares se apresentam como representantes da sociedade, segundo relatos de psicólogos que acompanham o tema.



Promovido pelos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, o seminário tratou de democracia, trabalho, defesa civil e judicialização da vida. Veja a cobertura completa em [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br) e em <http://seminario10anosdepois.wordpress.com>.

# Psicologia de emergências e desastres: presença na prevenção e no pós-trauma

Os brasileiros que prestam ajuda humanitária ao povo haitiano voltaram para casa com a bagagem cheia de reflexões sobre os desafios para a atuação dos psicólogos em situações de desastres como a que vive o Haiti desde o início do ano, quando um terremoto arrasou a capital, Porto Príncipe, e tornou ainda mais complicada a vida da população do país mais pobre das Américas.

Uma das missões brasileiras – que reuniu uma psicóloga, um educador e médicos com prática em expedições voluntárias de atendimento cirúrgico a populações indígenas da Amazônia – tinha como objetivo reorganizar hospital que funcionava precariamente em Les Cayer, local a 50 km de Porto Príncipe que não foi atingido pelo terremoto, onde se formou um campo de cerca de 500 mil refugiados.

A primeira atuação da missão foi com as equipes de socorro, abaladas com a tragédia, de acordo com Ricardo Sebastiani, da Nêmeton – Centro de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Saúde, que atuou como base da missão no Brasil. Situações extremas, como pessoas feridas

que preferiram o abrigo em barracas no campo de refugiados ao hospital, por medo de desabamento do prédio, e a dificuldade de os feridos aceitarem a amputação de membros esmagados são exemplos dos desafios enfrentados, para os quais a Psicologia tem muito a contribuir. Diferenças culturais entre as equipes locais e internacionais, agravadas por posturas, formas de falar, costumes e visões de mundo distintas foram outros pontos de tensão identificados pela missão.

A Psicologia pode atuar também na reconstrução do tecido social esfacelado. “Após as emergências, a Psicologia continua relevante para lidar com pós-trauma e todo o processo de reconstrução não apenas física, mas social. É difícil encontrar alguém que não tenha perdido pessoas muito próximas. Grupos estão funcionando em esquema tribal. Moradores de cada rua se organizaram: um sai atrás de comida, outro cuida das crianças, outros vigiam, e há conflitos entre esses grupos”, avalia Sebastiani. Em Les Cayer, foi montada uma escola para que as crianças voltem a ter alguma rotina. “Fazem isso

para que o fluxo do cotidiano comece a parecer menos caótico”, avalia, citando a perda de sentimento de continuidade como um problema grave a ser enfrentado.

Entre os quatro processos relativos aos desastres – prevenção, preparação, atendimento e reconstrução, a Cáritas, que atua em situações de emergência em todo o continente, trabalha com foco na reconstrução dos locais afetados, reestruturação e reabilitação das populações. Atualmente com 60 voluntários no Haiti, a organização prevê trabalho de pelo menos cinco anos no país e considera essencial abordar aspectos dos desastres que vão além das catástrofes, relacionados à situação econômica e social. “O terremoto do Chile foi mais forte que no Haiti e os danos causados são incomparavelmente inferiores. Países que sofrem processos de exclusão social, dominação, política, estão mais vulneráveis. As pessoas, por sua condição de vida, estão expostas a uma vulnerabilidade muito grande”. A experiência da Cáritas prova que a emergência agrava a situação das populações mais pobres e excluídas. “O trabalho com a preparação para emergências vai além de preparar com a catástrofe, está ligado à possibilidade de superação da exclusão e da pobreza”, avalia José Magalhães, assessor da Cáritas Brasileira.

A abordagem proposta pela União Latino-Americana de Entidades da Psicologia (Ulapsi) é semelhante: “Não existem desastres naturais; todos são sociais, porque não existem sem a comunidade em que acontecem. Quando encontram população sem instrumentos – físicos ou psicológicos – para enfrentar tais fenômenos, é que ocorrem as catástrofes”, afirma Ana Bock, secretária-executiva da Ulapsi. Para ela, a função principal do psicólogo é trabalhar no fortalecimento das relações sociais e das condições de vida das pessoas para que, quando a catástrofe ocorra, seu impacto seja menor. “Há quantos anos o Chile treme, há seca no Nordeste e enchentes nas regiões urbanas? Sabemos que vão acontecer e não podemos ser categoria profissional que, conhecendo as condições de vida na América Latina – um continente sofrido, com pobreza, miséria, condições indignas de vida –, espere a catástrofe para dar suporte”, reforça.

No campo de Refugiados de Les Cayes, Haiti, atendimento às crianças: comida, água, atenção à saúde e reinício de atividades na escola improvisada.

André François /ImageMagica



# Dezoito estados realizam manifestações no Dia Nacional de Luta contra o PL do Ato Médico



Em defesa da saúde pública e do trabalho multidisciplinar na área, profissionais e estudantes foram às ruas para mostrar à sociedade que o Projeto de Lei nº 7703/2006 (PLS 268/2002), conhecido como Ato Médico, que tramita no Senado Federal, em fase final, representará um retrocesso para o atendimento em saúde, além de prejudicar a autonomia das outras 13 profissões da área, entre elas a Psicologia.

As manifestações aconteceram ao longo do dia 9 de março, em dezessete estados e no Distrito Federal. A data ficou marcada como o Dia Nacional de Luta contra o Ato Médico. Em marchas, atos, atividades culturais e atendimentos gratuitos ao público, os profissionais e estudantes distribuíram panfletos, levaram faixas, fizeram apitações e entregaram a parlamentares manifestos contrários à aprovação do PL.

“As ações realizadas em conjunto com as demais categorias profissionais da saúde foram positivas, no sentido de mostrar para a população o retrocesso que será causado para a área caso o projeto seja aprovado. Temos conseguido realizar mobilizações em 17 capitais, e em muitas cidades do interior, mostra a capilaridade da discussão, que está chegando nas pessoas e nos parlamentares estaduais. Também mostra a capacidade de mobilização das categorias”, avalia o presidente do CFP, Humberto Verona. Ele ressalta que, além de interferir no trabalho de outras profissões, o PL do Ato Médico, se aprovado, prejudicará a sociedade, que perde a possibilidade de contar com profissionais de várias áreas trabalhando de forma integrada e articulada, em equipes multiprofissionais, definindo conjuntamente o diagnóstico e o tratamento.

Para a coordenadora do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde (Fentas), Ana Cristhina Brasil, as manifestações cumpriram o objetivo de chamar a atenção para o movimento contrário ao PL do Ato Médico. “Es-

tamos neste momento com articulações bem adiantadas com parlamentares”, destacou. “A mobilização foi muito boa, mas não acabou. Essa foi a primeira de muitas ações estratégicas. Precisamos manter viva a chama da luta”, indicou.

A data foi mais uma ação das categorias profissionais que serão atingidas pelo PL, que pretende tornar privativos da classe médica todos os procedimentos de diagnósticos sobre doenças, indicação de tratamento, realização de procedimentos invasivos e a possibilidade de atestar as condições de saúde, o que desconsidera a trajetória das demais profissões. Além disso, ao tornar privativa dos médicos a chefia de serviços de saúde, indica uma hierarquização contrária ao trabalho multiprofissional que o Sistema Único de Saúde prevê nos atendimentos.

Os atos públicos pela não aprovação do PL tiveram início dia 27 de fevereiro último. Na capital paulista, o evento conhecido como Virada da Saúde, organizado pelos conselhos profissionais da área de Saúde do Estado de São Paulo reuniu um público estimado em 20 mil pessoas no Parque do Ibirapuera. No estande do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, estudantes, profissionais, parlamentares e público em geral puderam conhecer mais sobre o PL e firmarem um abaixo-assinado conta a sua aprovação. No Paraná, as manifestações aconteceram em seis cidades e foram importantes para esclarecer as razões da Psicologia pela rejeição ao PL.

Diversos parlamentares estaduais e federais enviaram manifestos de apoio à campanha, mas a mobilização continua. Envie manifesto aos senadores, divulgue, lute pela saúde multidisciplinar no Brasil. Se aprovado no Senado, só resta o veto presidencial.

Saiba como foram as manifestações nos estados e acompanhe os debates em [www.naoaotomedico.org.br](http://www.naoaotomedico.org.br).



Mobilizações em Recife, São Paulo, Goiânia e Rio de Janeiro (de cima para baixo) reuniram profissionais da saúde.



## Sindicato

# Fenapsi prepara revisão da tabela de honorários e pesquisa campo de trabalho

O mais recente congresso da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), que reúne sindicatos de psicólogos de todo o Brasil, realizado em agosto de 2009, foi marcado pelo crescimento da participação – 145 delegados de 23 estados, enquanto o congresso anterior havia reunido 36 delegados de sete estados.

O congresso definiu objetivos para a entidade sindical e delineou ações para a atual gestão, algumas das quais serão desenvolvidas em parceria com os Conselhos de Psicologia. Entre elas, estão a realização de estudos e pesquisas relativas ao mercado de trabalho em Psicologia e a revisão da tabela referencial de honorários, com reajuste de valores e ampliação da lista de procedimentos.

A atualização dos valores será feita a partir de investigação sobre o mercado de trabalho, realizada por instituto de pesquisa. A previsão é que a nova tabela esteja pronta no final de 2010. A última atualização ocorreu em 2007.

A pesquisa nacional sobre as condições de trabalho e inserção dos psicólogos no mercado

profissional tem previsão de ser finalizada em 2011. “Pretendemos fazer um mapa das condições de trabalho e da inserção dos psicólogos, que vai auxiliar Fenapsi e CFP a vislumbrar onde os psicólogos estão inseridos. Para o CFP, isso embasa o trabalho de orientação e produção de referências para os profissionais. Para a Fenapsi, ajudará a conhecer melhor o mercado de trabalho, condições, novas frentes de atuação da categoria, em termos econômicos e na busca de legislação que garanta a inserção dos psicólogos nos mais variados espaços”, afirma Fernanda Magano, presidente da Fenapsi.

A questão legislativa, segundo Magano, é importante porque no Congresso Nacional são definidos o piso salarial e a jornada de trabalho da categoria, temas indicados como prioridades para a ação da Fenapsi, que defende a jornada de 30 horas. Na avaliação da Federação, nenhum dos Projetos de Lei que atualmente tratam dos temas

atende à categoria.

O presidente do CFP, Humberto Verona, ressalta que o apoio do Conselho às lutas sindicais vem sendo objeto de resoluções nos últimos Congressos Nacionais da Psicologia (CNP). “O fortalecimento da Fenapsi e dos sindicatos filiados deve ser prioridade, pois, à medida que o movimento sindical da Psicologia consegue resultados importantes para a categoria, amplia-se a confiança do psicólogo em suas entidades. É muito claro para os Conselhos de Psicologia que não devemos, em nenhum momento, substituir entidades sindicais, sendo sempre um trabalho de parceria e apoio mútuo”, avalia.



## Psicologia Crítica do Trabalho

# Nexo causal:

## desafio para o campo da saúde do trabalhador

Um dos grandes desafios que se apresenta ao psicólogo, no campo da saúde do trabalhador, consiste no estabelecimento do nexos causal entre os transtornos mentais e os aspectos organizacionais do trabalho. O modelo proposto pelo Ministério da Saúde, no Manual de Procedimentos na Saúde do Trabalhador, de 2001, avançou na identificação das relações entre exposição a substâncias tóxicas (a exemplo de metais pesados como mercúrio, chumbo ou manganês) e a saúde mental dos trabalhadores.

No entanto, o texto ainda não era claro em relação ao estabelecimento do nexos causal para conceder benefícios aos trabalhadores que passam por sofrimento psíquico derivado do modo como

o trabalho está organizado, encontrados, por exemplo, em situações com alta competitividade, ausência de recompensas, assédio moral, ou de profissionais como cuidadores e professores, que não raro enfrentam esgotamento físico e mental.

O estabelecimento de nexos causal ganhou novo contorno com a Lei nº 11.430, de 26 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.042, de 12 de fevereiro de 2007, e a Instrução Normativa nº 16, do INSS, de 27 de março de 2007 (IN 16). A partir deles, o reconhecimento das doenças relacionadas ao trabalho passou a ser identificado, pelo INSS, mediante o estabelecimento de “nexos técnico epidemiológico” ligado à atividade profissional exercida, ou seja, quando um trabalhador for afastado do trabalho por doença que tenha significância estatística no ramo eco-

nômico a que pertence o seu empregador, seu benefício será definido automaticamente pelo INSS como acidente de trabalho. “Assim, quando os dados epidemiológicos indicarem que, em determinado ramo produtivo, há alta incidência de incapacidade laborativa decorrente de um mesmo problema de saúde, não caberá mais ao trabalhador inserido em uma empresa desse ramo a responsabilidade de comprovar que seu adoecimento – físico ou mental – foi causado pela atividade que desempenhava. Ao contrário, caberá ao empregador o encargo de provar que tal nexos não existe”. Essa é a avaliação presente nas referências para a atuação do psicólogo em Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública, publicadas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) em 2008.

Ainda segundo o documento, a identificação desses casos exige especial atenção do psicólogo para não atribuir o problema de saúde apresentado pelo trabalhador unicamente a fatores individuais.

A psicóloga e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Maria da Graça Jacques, ressalta que a ênfase na Psicopatologia pode encobrir o contexto em que ocorre relação entre o trabalhador e seu trabalho. “Precisa ser levada em conta a história de vida e de trabalho da pessoa, que ajuda a explicar como ela se relaciona com o trabalho e com a situação que ali ocorre e que causa sofrimento para uns e não para outros”, defende a psicóloga, que vem atuando na investigação diagnóstica no campo da saúde do trabalhador com enfoque na compreensão das relações entre condições de vida e de trabalho.

Para a pesquisadora, o diagnóstico psicológico de situações como essas têm como premissa o entendimento de que o trabalho é categoria que constitui subjetividade: “O trabalho e as organizações não são apenas área de aplicação dos conhecimentos da Psicologia. São isso também. Mas posso ir além e entender como o trabalho constitui aquele sujeito”, defende. Para Jacques, os psicólogos precisam estar atentos para averiguar questões de trabalho ao fazer seus diagnósticos, pois, por muito tempo, manteve-se o hábito de não falar com os pacientes sobre sua ocupação. “É necessário, agora, sensibilizar psicólogos para que estejam atentos sobre a possibilidade de que os transtornos, ou sofrimentos psíquicos, tenham a ver com o trabalho que uma pessoa desenvolve”, avalia.

# Oficina debate

## o papel do psicólogo na escuta de crianças e adolescentes



Discussões do seminário embasarão Resolução do CFP sobre a atuação do psicólogo na escuta de crianças e adolescentes

Para aprofundar o debate sobre o papel do psicólogo nos processos de escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a garantia da rede de proteção, uma oficina reuniu representantes dos Conselhos Regionais de Psicologia com profissionais e pesquisadores de Direito, Antropologia, Educação, Saúde, Assistência Social e Justiça.

A oficina foi realizada em Brasília, nos dias 19 e 20 de fevereiro. Conforme explica a conselheira do CFP Iolete Ribeiro, os consensos produzidos no Seminário Nacional realizado em agosto de 2009 foram mantidos e ampliados: “Os debates possibilitaram reflexões sobre os aspectos éticos, a necessidade de fortalecimento da rede de proteção, a autonomia profissional, a interdisciplinaridade, a diversidade cultural. A discussão avançou no sentido de definir o que cabe ao psicólogo fazer”.

O consenso sobre a atuação do psicólogo é que a escuta de crianças e adolescentes deve ser, em qualquer contexto, pautada pela doutrina da proteção integral, pela legislação específica da profissão, em marcos teóricos, técnicos e metodológicos da Psicologia como ciência e profissão. “A escuta deve ter como princípio a intersetorialidade e a interdisciplinaridade, respeitando a autonomia da atuação do psicólogo. Com base nesses fundamentos, não é papel do psicólogo tomar depoimentos ou fazer inquirição judicial”, conclui Iolete.

As discussões resultaram em um documento aprovado na plenária final da oficina, que será apreciado na Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras dos Conselhos de Psicologia (Apaf), em maio de 2010.

# Mobilização e participação marcam 1ª fase do VII CNP

Bárbara Skaba/CRP-RJ



Eventos preparatórios e Congressos Regionais já estão ocorrendo em todo o país. Participe! Na foto, pré-congresso realizado no Rio de Janeiro.

Realizados desde agosto de 2009 em todas as regiões do país, os eventos preparatórios e os pré-congressos encerram neste mês de março a primeira fase do VII Congresso Nacional de Psicologia (CNP). Neles, foram aprovadas as teses locais e eleitos os delegados para os Congressos Regionais (Coreps).

Os Coreps, que acontecerão até o dia 2 de maio, discutirão e aprovarão propostas regionais a ser encaminhadas ao CNP, além de delegados e suplentes para o Congresso Nacional. É nos Coreps, também, que se inscrevem as chapas para as eleições dos Conselhos Regionais (CRPs).

Na avaliação do ex-presidente do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira, os eventos preparatórios têm abordado uma gama de temáticas muito diversificadas, que atendem a quase todos os fazeres dos psicólogos. Uma das questões mais levantadas, segundo ele, é a negociação das condições de trabalho com o Estado, que é atu-

almente o principal empregador dos psicólogos, contratados para atuar nas políticas públicas.

Para Marcus Vinícius, é preciso fazer alianças com os demais trabalhadores, parceiros da atividade profissional, para juntos avançar nas negociações e melhorar as condições de trabalho. "O desafio é articular o tema da qualidade dos serviços prestados com as condições propiciadas pelas instituições", aponta.

A conselheira do CRP de São Paulo e coordenadora da Comissão de Psicologia e Educação do CRP de São Paulo, Beatriz Belluzzo diz que temas como educação, direitos humanos, sistema prisional e questões de gênero têm sido muito debatidos nas etapas prévias ao CNP. Segundo ela, aparecem também novas preocupações, como a Psicologia Organizacional e do Trabalho e a interface com outros campos de saber.

Para Belluzzo, com a realização do CNP, o Sistema Conselhos avança, uma vez que traz

a possibilidade de os psicólogos contribuírem com a sociedade de maneira mais específica. "O psicólogo traz suas preocupações, críticas, ele quer contar o que faz", declara. Apesar do avanço, Belluzzo considera que a escuta precisa ser implementada nos CRPs, nas subseções, para que os psicólogos das mais diversas frentes sejam ouvidos; e os espaços de interlocução precisam ser ampliados para que as propostas e referências construídas sejam mais divulgadas.

"Seguir ampliando com criatividade o poder de convocação e mobilização dos psicólogos para participar do processo de definição do projeto ético da profissão e que este defina a diversidade dos fazeres da Psicologia". Esse é, para Marcus Vinícius, o maior desafio deste CNP. Ele lembra ainda que o VII CNP é um congresso "pós-Crepop", ou seja, tem uma condição privilegiada, porque trabalha com uma experiência mais solidificada de produção das referências da prática profissional, além de possuir experiência das edições anteriores do próprio CNP.

Na observação da colaboradora da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP do Rio de Janeiro Esther Arantes, os eventos têm tido participação expressiva da categoria, além de estudantes de Psicologia e de profissionais de áreas afins, o que, para ela, é um ponto que precisa receber mais atenção nos próximos congressos, já que remete à multidisciplinaridade.

Arantes ressalta ainda a preocupação do Sistema Conselhos em tratar os temas tendo sempre como horizonte os direitos humanos e a ética profissional. "Uma questão que se sobressai desses encontros é a necessidade de aprofundar os temas dos direitos humanos diante da diversidade sociocultural brasileira, para que os psicólogos não sirvam como agentes acríticos de práticas de controle e exclusão social", avalia.

Acompanhe a programação no seu Regional e os resultados dos pré-congressos em <http://cnp.pol.org.br>.

# Democracia e compromisso social definem III CBP

Será realizado entre 3 e 7 de setembro de 2010, em São Paulo, o III Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência & Profissão, maior evento de Psicologia do país, organizado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), que é composto por 20 entidades da área.

A escolha do tema Construindo referenciais éticos, democráticos e participativos se deve à importância da contribuição da Psicologia para consolidação da democracia e construção de uma sociedade mais igualitária e respeitosa de direitos humanos, segundo o presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Verona. Para ele, o congresso expressa o esforço das entidades em criar espaço de debate sobre a profissão e tem a força de agregar o interesse de diversas áreas em um único evento.

Atual presidente da Abrapesp, Alessandra Dutra espera que todas "as psicologias" falem uma única voz e que esta seja mais uma oportunidade para a classe se fortalecer, cada um dentro da sua unicidade. "A comunidade psicológica é muito grande, são realidades diferentes e, se conseguirmos dar voz a todos esses contextos, fortaleceremos muito toda a classe psicológica", conclui.

Para Daniel Maribondo, da Comissão Nacional dos Estudantes de Psicologia (Conep), o CBP é oportunidade para que os estudantes de Psicologia tenham contato com diversas áreas e diferentes discussões políticas da profissão, o que nem sempre é possível na formação acadêmica. Segundo ele, a presença dos estudantes no congresso é forte e os alunos superam problemas de custos de alojamento e alimentação para participar do encontro. Na segunda edição, segundo a organização do evento, participaram 2.966 estudantes e a expectativa é que esse número seja maior em 2010. A Conep pretende levar ao III CBP temas tais como redução de danos, movimento estudantil e reforma universitária, resultado de conversas e debates realizados com os estudantes.

Integrante da Comissão Científica do Congresso, a conselheira do CFP Acácia Angeli dos Santos explica que o CBP é um congresso científico que pretende reunir profissionais da área para um intercâmbio de ideias e de experiências. O diálogo entre a ciência e a profissão é propiciado pela valorização tanto dos trabalhos científicos como das experiências profissionais.

Os trabalhos podem ser inscritos nas formas de mesas-redondas – que reúnem pesquisadores ou profissionais que debatem a partir de visões teóricas diferentes ou diferentes experiências – ou simpósios, reunindo pesquisadores ou profissionais que debatem um tema com a mesma visão teórica, ressaltando seus diferentes aspectos. Outros formatos são pôster; "Como eu faço..." – relato de experiência profissional e/ou de pesquisa, e "Conversando sobre..." – discussão mais informal por profissional especializado em determinado assunto. Consulte especificações para cada formato na página do CBP na internet. O prazo para apresentação de trabalhos é até 22 de abril.

Participe! São os profissionais e pesquisadores que constroem o CBP!

**III CONGRESSO BRASILEIRO  
PSICOLOGIA:  
CIÊNCIA & PROFISSÃO**

03 a 07 de setembro de 2010  
São Paulo—SP

INSCRIÇÃO DE TRABALHOS  
ATÉ 22 DE ABRIL

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES  
0800-7710855  
[www.cienciaeprofissao.com.br](http://www.cienciaeprofissao.com.br)  
[congresso@cienciaeprofissao.com.br](mailto:congresso@cienciaeprofissao.com.br)

LOCAL  
Memorial da América Latina  
UNINOVE - Campus Memorial - SP

PROMOÇÃO  
FENPB

**Tema: Construindo referenciais éticos, democráticos e participativos**

**Eixos:**

Psicologia e Políticas Públicas  
Psicologia nos Processos Sociais Institucionalizados  
Novas demandas sociais para a Psicologia  
Inscrições: 4/9/09 a 15/8/10

Inscrições de trabalhos: 3/11/09 a 22/4/10

**Contato:** 0800-7710855

**Site:** <http://www.cienciaeprofissao.com.br/III/index.cfm>

**E-mail:** [congresso@cienciaeprofissao.com.br](mailto:congresso@cienciaeprofissao.com.br)

# PNDH-3: Direitos Humanos ainda são campo de disputa no Brasil

Os primeiros dias de 2010 foram marcados pela discussão sobre o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), em debate acirrado que explicitou posicionamentos antigos, demonstrando que permanece existindo cisão entre setores que buscam a expansão dos Direitos Humanos no país e aqueles que os consideram uma ameaça. As posições acirradas mostraram também o quanto o tema é ainda objeto de disputa dentro do governo federal, no qual convivem ministérios com posturas praticamente opostas em temas como o julgamento dos crimes da ditadura.

Na opinião da psicóloga e coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CFP, Ana Luiza Castro, “se tudo isso tem um mérito, é o de tirar o tema de debaixo do tapete”. Ela avalia ser importante refletir por quais motivos esse tema,

no Brasil, ainda mexe tanto com as pessoas. “No interior da Argentina se veem placas dizendo: ‘Aqui se torturou durante o regime militar’. Córdoba tem uma placa de prata com o nome de todas as pessoas desaparecidas da cidade. Aqui no Brasil fica sempre essa sensação de que não pode, como se fosse uma fatura não cobrada, algo sobre o qual não se pode falar”, compara.

Em nota, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) criticou o governo federal por recuar de questões pautadas e debatidas em espaços democráticos e alertou para retrocesso para a democracia e para a construção participativa das ações do Estado em relação aos DH. O CFESS defende que a viabilidade do plano seja assegurada no orçamento público e na efetividade de políticas sociais. “Apesar do envolvimento de vários ministérios na defesa do III PNDH, o go-

verno federal não implementou até o presente momento uma agenda social que crie as condições reais de realização dos direitos humanos”, questiona Silvana Mara de Moraes dos Santos, conselheira do CFESS e coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do Conselho. “E, na vida real, mulheres, população negra, LGBT; crianças/adolescentes e de um modo geral, trabalhadores e trabalhadoras vivenciam as consequências dramáticas da desigualdade social e da falta de reconhecimento e respeito da diversidade humana”.

O debate sobre o plano ainda não terminou, na opinião de Gilson Cardoso, Coordenador do Movimento Nacional de Direito Humanos (MNDH). “As forças conservadoras vão insistir nos pontos que já polemizaram, como aborto, tratamento homoafetivo, questão agrária, porque esses temas, em período eleitoral, pegam as pessoas”, avalia.

O MNDH, reunido a outras organizações do campo, pretende manter discussões entre os movimentos, as redes e os cidadãos em geral. “Faremos uma discussão aberta, falando do processo democrático que foi o plano, envolveu todos os estados, a sociedade civil, algo que contribui para a democracia brasileira”, afirma, destacando que o PNDH envolveu 31 ministérios, secretarias estaduais, representantes de segmentos tão diversos quanto os LGBTT, negros, ribeirinhos, quilombolas, mulheres. “Não se pode jogar no lixo a discussão”.

Gilson avalia que mobilização popular é necessária para garantir que os itens do PNDH que dependem do Congresso caminhem: “Vai depender do nosso papel, que não é apenas na época de conferência. Temos um grande projeto na mão para defender, para ir às ruas e pressionar Congresso, Judiciário e Executivo”.

Conheça o artigo do CFP sobre o PNDH publicado no jornal Correio Braziliense em [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br) (8/2/2009)

Arquivo/CFP



Em faixa aberta durante o Fórum Social Mundial, CFP posiciona-se sobre o plano, lançado em dezembro de 2009

## Entrevista

Rogério Sottili, secretário-adjunto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, concedeu entrevista sobre o PNDH ao Jornal do Federal. Confira:

**Federal: Como a SEDH planeja o encaminhamento das propostas do PNDH-3, após todo o debate que houve sobre seu conteúdo?**

**Sottili:** A terceira versão do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3), lançada em dezembro pelo presidente da República, segue o que está proposto nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, nas recomendações dos relatores da ONU em visita ao país e nas deliberações das conferências nacionais temáticas realizadas pelo Governo Lula referentes ao tema.

Ele representa um conjunto de diretrizes para a formulação de políticas públicas que protejam e promovam os direitos humanos. Muitas das ações propostas já estão em andamento no governo federal, como o fortalecimento da agricultura familiar, a mediação de conflitos no campo,

a formação em direitos humanos para profissionais da segurança pública, entre muitas outras ações. Outras já estão sendo implementadas, como a criação do Grupo de Trabalho (GT) que elaborará o projeto de lei que cria a Comissão Nacional da Verdade. O grupo já está trabalhando e pretende cumprir o prazo proposto no PNDH-3, que prevê o envio do texto ao Congresso até 30 de abril. A implementação do programa será acompanhada por um Comitê de Monitoramento, formado por alguns ministérios, que ficará responsável por assegurar a implementação das ações propostas.

**F: Caso haja reação, no Congresso, aos temas mais polêmicos, o que poderá ser feito?**

**S:** O PNDH-3 foi construído a partir de um amplo processo democrático. O documento também ficou disponível na internet, na página da SEDH, durante meses, para que organizações, entidades e indivíduos pudessem dar suas contribuições.

Ainda assim, por tratar de temas polêmicos

historicamente, como a liberdade religiosa, de orientação sexual, entre outros, certamente surgirão debates calorosos quando eles forem debatidos no Congresso Nacional, refletindo a pluralidade da sociedade brasileira. Mas nós consideramos isso muito positivo. Nas democracias, o debate é fundamental por excelência. É importante que a sociedade se mobilize e participe das discussões sobre direitos humanos.

**F: Que papel a sociedade organizada pode cumprir em apoio à implementação do Plano?**

Sottili: A sociedade organizada exerce um papel fundamental na consolidação da democracia e no avanço do Estado brasileiro, na medida em que faz as cobranças e exige deste Estado o seu aperfeiçoamento. O papel dela é este, ser sempre crítica e querer sempre mais. Na implementação do PNDH não poderia ser diferente. Ela precisa estar atenta para contribuir com o debate, para que ele não seja viciado e possa esclarecer os tradicionais preconceitos que rodeiam o tema.

## Conselhos de Psicologia planejam ações sobre o tema álcool e outras drogas

A Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) dos Conselhos de Psicologia, ocorrida em dezembro de 2009, aprovou as linhas para atuação do CFP e dos CRPs em relação às políticas públicas sobre álcool e outras drogas. O Sistema Conselhos entende “ser primordial resgatar o papel do psicólogo como profissional que transita por todos os espaços onde se constitui a subjetividade e que é, enfim, um profissional qualificado para desenvolver um trabalho conjunto com escolas, famílias, comunidades, tendo como foco as discussões atuais sobre o consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, como álcool, tabaco, medicamentos e outras drogas”, como se lê no documento aprovado.

De acordo com o documento, a abordagem da questão das drogas precisa agregar diferentes aspectos, entre eles o contexto socioeconômico e cultural. Ressalta a ótica do respeito aos Direitos Humanos e entende que a “atenção” não se restringe à perspectiva biomédica de ausência, mas engloba ações relacionadas aos

padrões de consumo de substâncias psicoativas, de acordo com um modelo de atenção integral ao usuário e suas necessidades. A política sobre drogas deve ser constituída de forma intersetorial e contemplar todos aqueles envolvidos direta e indiretamente com o “fenômeno drogas” – produção, comércio e consumo de substâncias psicoativas – pela construção de rede de atenção e suporte social.

Entre as ações previstas, estão o estreitamento das relações com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e outros órgãos públicos, com o objetivo de cobrar celeridade na implementação da Política Nacional sobre Drogas e de outras políticas públicas. Tem um problema de redação aqui, não consegui arrumar porque não sei se em relação à política do MS se pede a mesma coisa.

Outra proposta aprovada refere-se a buscar parceria com o Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), para introduzir o

tema do “fenômeno drogas” nos diversos cursos que se relacionam à área, ao lado do compromisso do Sistema Conselhos com a qualificação de psicólogos para atuar na atenção, definição e controle social de políticas públicas, já em curso por meio da pesquisa realizada pelo Crepop sobre o tema álcool e outras drogas em 2009. Outro campo de atuação importante, em 2010, será a III Conferência Nacional de Saúde Mental, no debate sobre a interface da saúde mental e o uso de álcool e drogas.

Conheça os debates do seminário O consumo de álcool e outras drogas: subjetividade e políticas públicas no Brasil em [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br) (Publicações/Relatórios).



# Políticas públicas ampliam e desafiam o trabalho do psicólogo

Ana Nascimento/MDS



Cidadãs atendidas pelo Cras CRAS Vila Verde, em Curitiba-PR. Serviço é um dos campos recentes de atuação dos psicólogos nas políticas públicas

De acordo com o Ministério da Saúde (MS), até novembro de 2009, 792 psicólogos trabalhavam nos 953 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf) cadastrados no MS, sendo a segunda categoria profissional mais presente no programa, criado em 2008.

Já o relatório do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen) do Ministério da Justiça, produzido em 2009, aponta que, em 2008, havia 885 psicólogos trabalhando nos presídios; no final de 2009, foram registrados 984 profissionais, um aumento de 11,18 % em um ano.

O psicólogo social Peter Spink, professor titular e coordenador do Centro de Estudos de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, considera que a atuação governamental, de maneira cada vez mais consolidada por meio de programas e ações, permite, finalmente, que se converse sobre políticas públicas, mas ainda é muito cedo para apontar grandes mudanças. "Estamos em um processo de transição social e institucional,

tremendamente importante para o país, mas serão pelo menos 15 ou 20 anos de encaminhamento. Certos temas estão conseguindo se consolidar antes de outros", avalia.

Para Spink, a formação, a atualização permanente e o diálogos entre os profissionais estão entre os maiores desafios para a implementação das políticas públicas e melhoria dos serviços prestados à população. Para que estas mudanças aconteçam, ele considera necessário que as universidades se envolvam nessas discussões, preparem o aluno para lidar com a nova realidade e aumentem o diálogo entre as profissões para que os estudantes não sejam formados apenas para conversar entre eles mesmos.

Spink destaca ainda, no caso da atuação do psicólogo, a importância de os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia tornarem-se, cada vez mais, espaço para discussão sobre as políticas públicas.

Os levantamentos feitos pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), sobre locais e formas de atuação, bem

como a produção de referências para a prática com suas especificidades em cada área têm sido instrumentos para apontar e reivindicar condições adequadas ao exercício profissional, na direção de aliar a discussão das condições de trabalho do psicólogo com os requisitos necessários para uma atuação qualificada e atenta às demandas sociais.

Não há dados disponíveis sobre diversos dos serviços públicos que tiveram aumento da presença dos psicólogos, mas as pesquisas do Crepop permitem identificar o crescimento da categoria em diversas políticas públicas, a exemplo do aumento de número de Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e da estruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas). No Suas, os Centros de Referência em Assistência Social (Cras) e os Centro de Referência Especializada (Creas) previstos para ser instalados em todos os municípios do país, em quantidade proporcional à população, vêm abrindo quantidade significativa de postos de trabalho para psicólogos. De acordo com o Censo Suas 2009, do Ministério do Desenvolvimento Social, há 5687 psicólogos trabalhando em 5797 Cras; e 2022 psicólogos em 1200 Creas.

Para a consultora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Vanda Nascimento, membro da equipe que sistematiza dados das pesquisas do Crepop desde 2007, o concurso público é, atualmente, a principal via de entrada do psicólogo no mercado de trabalho. Porém, as condições de trabalho ainda são um desafio. "Há uma queixa muito grande por parte dos psicólogos em relação à estrutura, à formação e ao trabalho com outros profissionais, mas apesar disso, há um esforço muito grande no sentido de viabilizar o trabalho, enfrentar e superar os desafios", completa.

Ela aponta que aumentar os recursos para permitir estruturação do trabalho e garantir salários condizentes com a demanda de trabalho e com os valores de referência de cada categoria são outros desafios importantes, ao lado da formação dos estudantes e de programas de atualização profissional das equipes.

# O estágio como instrumento de formação em psicologia



As Diretrizes Curriculares da Psicologia, aprovadas em maio de 2004, evidenciam a importância dos estágios, básicos e específicos, na formação de novos profissionais. No entanto, o modo como os estágios estão propostos nos projetos pedagógicos dos diversos cursos do país, bem como a sua efetivação, ainda são temas em debate.

Podemos definir estágio como o conjunto de atividades desenvolvidas por um acadêmico, em situação real de vida e de trabalho, junto com as instituições e comunidade em geral, com o objetivo de aprendizagem e aplicação do conhecimento adquirido no ambiente escolar, aperfeiçoando-se profissional e sócio-culturalmente, sob responsabilidade e coordenação da instituição onde estuda. É um primeiro movimento de intervenção e deveria ser indicador, para alunos e professores, de que o conhecimento produzido pela academia pode promover atuações significativas na sociedade.

Por ser interface entre atividade acadêmica e profissional, o estágio tem funcionado como problematizador da realidade, sendo espaço privilegiado para a aprendizagem do exercício profissional e para o levantamento de questões importantes para a pesquisa. Os estágios de psicologia têm acompanhado a inserção cada vez maior do psicólogo nas atividades sociais, e a elaboração sobre esse desenvolvimento,

sendo realizados nos mais diversos contextos, desde os tradicionais como empresas, escolas e clínicas, até os de inserção mais recente, em creches, associações de bairro, populações marginalizadas, movimentos sociais, grupos esportivos, delegacias, penitenciárias, centros de direitos humanos e onde mais esteja a Psicologia hoje.

A Resolução CFP Nº 018/00 (Art. 50) estabelece que o psicólogo supervisor de estágio deve estar inscrito no Conselho Regional da jurisdição onde exerce sua atividade; será responsável direto pela aplicação adequada dos métodos e técnicas psicológicas e pelo respeito à ética profissional e deverá respeitar a legislação federal específica sobre estágio. Ainda segundo a Resolução, só pode ser estagiário de psicologia o estudante regularmente matriculado, devendo o curso estar com situação regular junto ao MEC.

A instituição de ensino, com base nas informações e julgando pertinente para a formação dos alunos, providenciará a formalização de um Convênio, ou instrumento similar, e informará quais os alunos que dispõem de condições, em função das disciplinas cursadas. Em períodos regulares de 6 em 6 meses, o estagiário e o psicólogo da instituição concedente encaminharão relatórios à instituição de ensino sobre as atividades desenvolvidas, para acompanhamento e avaliação.

Em todas as suas modalidades, a formação profissional deve privilegiar, para além do fundamental conhecimento acumulado pela área (saber), a prática eficaz, respeitosa, responsável, disciplinada, consistente técnica e teoricamente. Ensaíamos, não apenas com os estágios, mas de forma privilegiada com eles, condutas profissionais – de psicólogos – e pessoais cidadãs, já que toda intervenção, imersa na realidade social, deve promover o bem-estar das pessoas envolvidas. A proposição dos estágios e a forma como eles são constituídos e construídos são movimentos nos quais se explicita a Psicologia que queremos como ciência e profissão.

A participação dos estudantes em projetos de intervenção supervisionados será tanto mais proveitosa para a formação profissional deles quanto mais os incentivar a contextualizar socialmente suas práticas. Tal contextualização envolve também a análise das implicações de suas ações e, fundamentalmente, a constante reflexão ética sobre suas práticas como estudante, estagiário e cidadão.

No III Congresso Brasileiro: Ciência e Profissão a discussão, o sobre estágios –proposição, modo de desenvolver, troca de experiências – está sendo proposta pela ABEP. Será tanto mais profícuo quanto mais nos envolvermos nesse debate e formos construindo referências para nossa atuação.

## Análise da mídia

# Liberdade de expressão e controle social

A Conferência Nacional de Comunicação passou, mas a polêmica sobre o controle social da mídia continuou em pauta, primeiro nas críticas ao Plano Nacional de Direitos Humanos (ver pág. 14), reverberadas pela imprensa, e depois nas declarações do ministro das Comunicações, Hélio Costa, de que “em nenhum momento isso foi discutido [pelo governo], é discutido ou será permitido discutir”, em sua fala na abertura do 1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão. O evento reuniu donos dos grandes meios de comunicação do país com a proposta de analisar “os problemas causados pela restrição a esse direito fundamental [o da liberdade de expressão] para a construção e o fortalecimento do Estado de Direito e a importância da criação de mecanismos que impeçam sua violação”.

Para o coordenador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Celso Schröder, “se governo está fazendo essa leitura sobre controle social, estão fazendo uma leitura antiga do conceito, como sinônimo direto do poder estatal, ou fazem um afago político a setores conservadores que não querem ter nenhum tipo de controle sobre sua atividade”.

Por que, afinal, a ideia de controle público causa tanta reação dos setores empresariais? Controle social – ou controle público, como alguns preferem – e liberdade de expressão são antagônicos?

O FNDC compara os serviços de comunicação aos de saúde, educação, transporte, para os quais a sociedade aceita – e demanda – regu-

lação pública. “A comunicação é um serviço público, não uma fábrica ou um imóvel do qual se é dono. É preciso ter mecanismos de incidência da vontade social sobre esse negócio”, defende Schröder.

O Ministério Público Federal (MPF) é órgão que vem atuando constantemente no tema. Cada procurador tem independência para definir sua linha de atuação, mas um grupo de trabalho da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão propõe abordagem que defende que o controle social dos meios de comunicação é instrumento para fazer que concessionários de serviços de rádio e televisão cumpram suas obrigações com a sociedade.

O procurador regional da República da 4ª Região (RS, SC e PR) Domingos Sávio Dresch da Silveira fundamenta seus argumentos no artigo 220 da CF, segundo o qual “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”. A interpretação é que “observar o disposto na constituição” significa respeitar direitos de crianças e adolescentes e direitos humanos, não veicular conteúdos racistas, entre outros preceitos.

Silveira questiona, assim, o discurso de que qualquer controle é censura: “Titulares das concessões afirmam que desde a Constituição de 1988 o único controle possível é o controle remoto. Dizem isso como se estivessem agindo como defesa da sociedade em nome da liberdade de expressão. Eles, no entanto, não são donos

de nada. Têm concessão pública, são prestadores de serviços”, afirma. “Censura é a proibição que se funda exclusivamente em juízos morais, em termos de conteúdo. O controle social, público, é o controle de legalidade da utilização de concessões de rádio e TV”.

O caso do apresentador João Kleber, cujo programa na Rede TV foi suspenso por 60 dias por conteúdo homofóbico e desrespeito aos direitos humanos, foi exemplar das possibilidades do controle público. Há centenas de outras ações que questionam concessões públicas indevidamente transferidas, apontam desrespeito à classificação indicativa, desrespeitos aos direitos humanos.

Jeferson Aparecido Dias, procurador regional dos direitos do cidadão em SP, é responsável por alguns desses processos. Ele recebe diversos questionamentos da população sobre o conteúdo dos meios, a exemplo de representação questionando beijo homossexual na TV, encaminhada por cidadão que entendia não poder haver sinais de afeto homossexual na TV. A demanda foi analisada e, no entanto, arquivada, porque a Constituição Federal impede qualquer tipo de discriminação por prática homossexual. “Em cada caso, ponderamos se aquela reclamação avança sobre aspecto que viola a liberdade de expressão ou não. Não é possível fazer julgamentos pela moral comum, mas a partir de preceitos, principalmente constitucionais, e de alguns tratados internacionais de que o Brasil é signatário. Não se argumenta com o sentimento pessoal”, afirma.

Irreverentes, movimentos populares e organizações da sociedade civil protestaram em frente ao Fórum dos empresários, em São Paulo, no “Fórum de Rua Democracia e Liberdade de Expressão – Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais”. O convite, espalhado pelas redes de comunicação eletrônica, era direto: “será de graça, na rua. O objetivo é convidar a população de São Paulo a debater o tema e afirmar a liberdade de expressão como um direito de todos e não apenas dos detentores de veículos de comunicação. A sociedade brasileira como um todo exerce seu direito à comunicação? Há pluralidade e diversidade de ideias e pontos de vista na grande mídia? Questões como essas estarão em discussão num púlpito aberto a quem quiser se manifestar”. Sob chuva, os 40 manifestantes usaram roupas coloridas, nariz de palhaço, capas de chuva e apitos.



Agência Estado

## Processos éticos

### PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2329/09– ORIGEM: CRP-05  
ADVERTÊNCIA  
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Advertência. Decisão mantida.  
DECISÃO CRP: Advertência  
DECISÃO CFP: Advertência  
DATA DO JULGAMENTO: 08/01/10  
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA  
RELATORA: MARIA CRISTINA BARBOSA VERAS

### PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2787/09– ORIGEM: CRP-06  
ADVERTÊNCIA  
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de advertência. Decisão mantida.  
DECISÃO CRP: Advertência  
DECISÃO CFP: Advertência  
DATA DO JULGAMENTO: 08/01/10  
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA  
RELATORA: ANDRÉA DOS SANTOS NASCIMENTO

### PROCESSO DISCIPLINAR ORDINÁRIO

CFP N.º 2793/09– ORIGEM: CRP-12  
ARQUIVAMENTO  
EMENTA – Processo Disciplinar Ordinário. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de advertência. Decisão reformada.  
DECISÃO CRP: Advertência  
DECISÃO CFP: Arquivamento  
DATA DO JULGAMENTO: 08/01/10  
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA  
RELATORA: ANICE HOLANDA NUNES MAIA

### PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2889/09– ORIGEM: CRP-11  
CENSURA PÚBLICA  
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de suspensão do exercício profissional por trinta dias. Decisão parcialmente reformada.  
DECISÃO CRP: Suspensão do exercício profissional por trinta dias.  
DECISÃO CFP: Censura Pública  
DATA DO JULGAMENTO: 08/01/10

## Processos éticos julgados pela plenária do Conselho Federal de Psicologia no período de 8 de janeiro a 26 de fevereiro de 2010.

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA  
RELATORA: DEISE MARIA DO NASCIMENTO

### PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2892/09– ORIGEM: CRP-12  
ARQUIVAMENTO  
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Advertência. Decisão reformada.  
DECISÃO CRP: Advertência  
DECISÃO CFP: Arquivamento  
DATA DO JULGAMENTO: 08/01/10  
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA  
RELATOR: MARCOS RATINECAS

### PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2982– ORIGEM: CRP-08  
ADVERTÊNCIA  
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de advertência. Decisão mantida.  
DECISÃO CRP: Advertência  
DECISÃO CFP: Advertência  
DATA DO JULGAMENTO: 08/01/10  
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA  
RELATOR: ANDRÉ ISNARD LEONARDI

### PROCEDIMENTO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2384/09– ORIGEM: CRP-12  
ARQUIVAMENTO  
EMENTA – Procedimento Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento da representação. Decisão mantida.  
DECISÃO CRP: Arquivamento  
DECISÃO CFP: Arquivamento  
DATA DO JULGAMENTO: 26/02/10  
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA  
RELATORA: ANICE HOLANDA NUMES MAIRA

### PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2890/09– ORIGEM: CRP-11  
CENSURA PÚBLICA  
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Advertência. Decisão parcialmente reformada.  
DECISÃO CRP: Advertência  
DECISÃO CFP: Censura Pública

DATA DO JULGAMENTO: 26/02/10  
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA  
RELATORA: CYNTHIA REJANE CORRÊA ARAUJO CIARALHO

### PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 3897/09– ORIGEM: CRP-07  
CASSAÇÃO DO REGISTRO  
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso de ofício da decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Cassação do Registro. Decisão mantida.  
DECISÃO CRP: Cassação do Registro  
DECISÃO CFP: Cassação do Registro  
DATA DO JULGAMENTO: 26/02/10  
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA  
RELATORA: ELISA ZANERATTO ROSA

### PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 3898/09– ORIGEM: CRP-06  
ARQUIVAMENTO  
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Advertência. Decisão reformada.  
DECISÃO CRP: Advertência  
DECISÃO CFP: Arquivamento  
DATA DO JULGAMENTO: 26/02/10  
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA  
RELATORA: JUREUDA DUARTE GUERRA

### PROCESSO DISCIPLINAR ORDINÁRIO

CFP N.º 4338/09– ORIGEM: CRP-16  
SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DAS ATIVIDADES POR 30 DIAS C/C MULTA DE 5 ANUIDADES  
EMENTA – Processo Disciplinar Ordinário. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Suspensão Temporária das Atividades por 30 (trinta) dias e multa de cinco anuidades. Decisão parcialmente reformada.  
DECISÃO CRP: Suspensão Temporária das Atividades por 02 (dois) anos c/c multa de cinco anuidades  
DECISÃO CFP: Suspensão Temporária das Atividades por 30 (trinta) dias c/c multa de cinco anuidades  
DATA DO JULGAMENTO: 26/02/10  
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA  
RELATORA: IOLETE RIBEIRO DA SILVA

## ERRATA

Ao contrário do publicado na edição do Jornal do Federal, o Processo CFP N.º 4565/08 é um PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR, e foi julgado conforme resumo abaixo:

### PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

CFP N.º 4565/08 – ORIGEM: CRP-03

SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS

EMENTA – Processo Ético-Disciplinar. Recurso contra decisão do Conselho

Regional que determinou a aplicação da pena de suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias.

DECISÃO CFP: Suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias.

DATA DO JULGAMENTO: 31/7/09

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: ANDRÉA DOS SANTOS NASCIMENTO

Conforme o artigo 79 da Resolução CFP nº006/07, a execução da pena compete ao Conselho Regional de Psicologia

## Contribua com a campanha contra a regulamentação da atividade de psicopedagogia proposta pelo PL 3512/2008´

O Conselho Federal de Psicologia vem questionando a regulamentação da atividade de psicopedagogia proposta pelo Projeto de Lei (PL) 3512/2008, por avaliar que se trata de uma especialidade que pode ser exercida por psicólogos, pedagogos e fonoaudiólogos, profissionais plenamente habilitados, cuja formação, na graduação, já permite a realização desta atividade. Os argumentos do CFP contra o PL fundam-se também em questões jurí-

dicas e técnicas, pois o projeto de lei prevê que, para o exercício da Psicopedagogia, seria obrigatória a inscrição em órgão profissional competente, mas não cria tal órgão, que precisa ser instituído por lei de iniciativa do presidente da República.

Acesse em [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br) a nota do CFP sobre o tema, na qual são explicados todos os argumentos contrários, e envie o manifesto aos parlamentares.

# Agenda

### A Situação Analítica e a Variedade da Clínica Contemporânea

17.04.2010 a 17.04.2010

São Paulo, SP

Telefone: (11) 3864-2330 / (11) 3865-0017

E-mail: [cep@centropsicanalise.com.br](mailto:cep@centropsicanalise.com.br)

Link: <http://www.centropsicanalise.com.br>

### Clínica Psicanalítica na Escola: Instrumentos de Facilitação do Ensino

30.04.2010 a 30.04.2010

São Paulo, SP

Telefone: (11) 3864-2330 / (11) 3865-0017

E-mail: [cep@centropsicanalise.com.br](mailto:cep@centropsicanalise.com.br)

Link: <http://centropsicanalise.com.br>

### I Congresso de Psicologia e Análise do Comportamento

13.05.2010 a 15.05.2010

Londrina, PR

Telefone: (43) 3371-4227

E-mail: [cpac\\_uel@yahoo.com.br](mailto:cpac_uel@yahoo.com.br)

Link: <http://www.uel.br/eventos/cpac/icpac-princ.php>

### Prática Psicanalítica: Repetição e Criação

22.05.2010 a 22.05.2010

São Paulo, SP

Telefone: (11) 3865-2330 / (11) 3865-0017

E-mail: [cep@centropsicanalise.com.br](mailto:cep@centropsicanalise.com.br)

Link: <http://www.centropsicanalise.com.br>

### V Jornada de Psicologia: Desafios, limites e possibilidades entre o normal e o patológico

29.05.2010 a 29.05.2010

São Paulo, SP

Telefone: (11) 34662160 / (11) 3466-2161

E-mail: [caism.psico@santacasasp.org.br](mailto:caism.psico@santacasasp.org.br)

### II Congresso Brasileiro de Saúde Mental

03.06.2010 a 05.06.2010

Rio de Janeiro, RJ

Link: <http://www.congressodesaudemental.ufsc.br/>

### VII Congresso Nacional da Psicologia (CNP)

03.06.2010 a 06.06.2010

Brasília, DF

Telefone: (61) 2109 0100

E-mail: [ascom@pol.org.br](mailto:ascom@pol.org.br)

Link: <http://cnp.pol.org.br>

### VI CBPOT - Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho

05.07.2010 a 08.07.2010

São Bernardo do Campo, SP

Link: <http://www.cbpot2010.com.br>

**Psicólogo/a:**  
para receber  
os boletins do CFP,  
cadastre seu email em  
[www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)

IMPRESSO

### Conselho Federal de Psicologia

Fone: (61) 2109-0100

Fax: (61) 2109-0150

SRTVN 702 – Ed. Brasília Rádio Center – sala 4024-A

CEP 70.719-900 – Brasília – DF

e-mail: [contato@pol.org.br](mailto:contato@pol.org.br)

home page: [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)



Impresso Especial

100049/2005-DR/BSB  
C.F.P

...CORREIOS...